

For
Ladelle
Reel



RELATÓRIO E CONTAS 2021

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE PAREDES
HÁ MAIS DE 100 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE

ÍNDICE



Pág.

Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 18
Proposta de Aplicação de Resultados.....	19
Demonstrações Financeiras e anexo	20 a 47
Certificação Legal das Contas	48 a 51
Parecer do Conselho Fiscal	52

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem, em Assembleia – Geral, no dia 30 de março, pelas 17:30 horas, no **Auditório da Casa da Cultura**, sito na Avenida da República, freguesia e concelho de Paredes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2021;
3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 08 de março de 2022

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL



a) Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS Quadriénio 2020-2023



ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

Vice - Presidente: Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto

Secretária: Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles

Vice - Provedor: Joaquim Camilo de Meireles Ruão

Tesoureira: Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva

Secretário: Ildebrando da Mota Coelho

Vogal: Teresa Maria de Paiva Leal

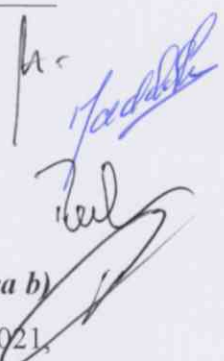
DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: António Francisco de Oliveira Ferreira

Vice - Presidente: Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio

Secretário: Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão

Suplente: Manuel da Silva Barbosa



INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2021, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

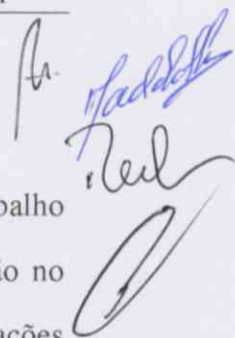
Ao longo do ano de 2021, com a continuação da situação epidemiológica verificada em resultado da pandemia da doença COVID 19, manteve-se a responsabilidade das Misericórdias Portuguesas em cumprir, de forma eficiente a sua Missão.

A pandemia causada pela doença COVID 19, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública, provocou inúmeras consequências de ordem económica e social e motivou a adoção de um vasto leque de medidas excecionais.

Neste contexto, as entidades do sector social, como a nossa instituição, continuaram a bater-se com situações delicadas na gestão de pessoal, contratação de novos funcionários, aquisição de bens de proteção, com graves constrangimentos de natureza financeira causadas pelos consequentes aumentos de gastos e diminuição de rendimentos.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua compreensão.

RELATÓRIO DE GESTÃO



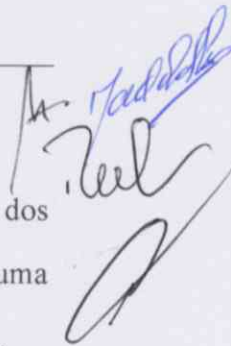
O ano de 2021 continuou a ser, no seguimento do anterior, um período de intenso trabalho com o acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, a que acresceu a preocupação no rigoroso cumprimento das orientações das autoridades de saúde, face às constantes alterações na organização dos vários serviços da instituição, em função da variação do efeito da pandemia.

Como é do conhecimento geral os efeitos da pandemia continuaram, como continuam a exigir intervenções determinadas, num complexo processo de contínua adaptação a novas regras.

Deu-se resposta a todos os problemas, alguns com especial dificuldade, melhorou-se a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

Apesar das dificuldades, verificou-se um pequeno e quase insignificante aumento dos proventos, mesmo tendo em conta a especial incidência da diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição.

Por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras, ao abrigo do programa MAREESS – Medida Apoio de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde que possibilitou a organização do trabalho em “espelho”, ou seja, em regime alternado e a circunstância de cada vez mais o Lar ser quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais frágeis e dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.



Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela comparticipação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.

Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de, mantendo-se contabilizadas amortizações no valor de € 319 183,55, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, para além do acentuado aumento do custo com pessoal e de fornecimento de serviços externos, diretamente relacionados com o Covid-19, infra melhor explicitados e não totalmente compensados com os subsídios à exploração, custos no caso até agravados pela circunstância de se ter aproveitado os efeitos do Covid 19 para proceder às obras de remodelação da ala dos homens, ao nível do 1º andar, com os custos decorrentes, assim como da elaboração dos projetos tendo em vista as candidaturas ao designado PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

Os resultados de 2021 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa sempre coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios, além de prosseguir e acentuar a intervenção social de que é exemplo a participação no programa de inclusão social “Projeto (Pa) REDES DE INCLUSÃO”, em parceria com a Câmara Municipal de Paredes, cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE - tipologia de Operações 3.09 – Projeto de Mediadores Municipais Interculturais) tendo como objetivo promover a qualidade de vida e inclusão social da Comunidade Cigana de Paredes.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é insubstituível.

Ass. João Pedro
Teixeira

Informação Económica, Financeira e Orçamental

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período de 2021, contida nos instrumentos de gestão Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2021.

De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

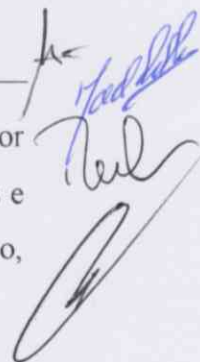
Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

RENDIMENTOS

(valores em euros)		
RENDIMENTOS	2021	2020
Prestação de serviços	831.150,37	842.902,49
Subsídios, doações e legados à exploração	1.613.386,37	1.396.961,17
Outros rendimentos e ganhos	524.321,13	489.905,46
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1.564,84	3.947,31
Total dos rendimentos	2.970.422,71	2.733.716,43





No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 970 422.71 (dois milhões, novecentos e setenta mil, quatrocentos e vinte e dois euros e setenta e um cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 8.66%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um decréscimo na ordem de 1.39% em relação ao exercício de 2020, motivada suspensão das respostas sociais centro de dia, creche, pré-escolar e CATL na sequência de medidas de combate à propagação da doença COVID 19 adotadas pelo Governo, e também redução temporária do número de admissões de utentes para a resposta social ERPI – Estrutura Residencial para Idosos pelo período necessário à execução de uma obra de remodelação da seção de homens.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” aumenta 216 425.20€ (duzentos e dezasseis mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte cêntimos), em relação ao exercício de 2020. No contexto da evolução da situação epidemiológica causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), o Governo decidiu reforçar os instrumentos de apoio ao setor social e solidário. Por força do “Compromisso de Cooperação” para o sector social e solidário para o Biénio 2021/2022, assinado no dia 05 de julho de 2021, com efeitos de 01 de janeiro de 2021, são atualizados em 3.6% os valores das comparticipações da Segurança Social por utentes, para todas as respostas sociais com acordos de cooperação, face ao observado em 2020.

Relativamente às respostas sociais Estrutura Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), considerando a manutenção do estado pandémico, com implicações ao nível da atividade da Instituições, ao agravamento da situações de dependência dos utentes das respostas, à manifesta necessidade de reforço de recursos humanos e a custos acrescidos das despesas de funcionamento decorrentes dos referenciados fatores, mantém-se o reforço de 2% da comparticipação financeira da segurança social às mencionadas respostas, com efeitos a 01 de julho de 2021.

O Governo decidiu também manter inalteradas face ao valor referente ao mês de fevereiro de 2020, as comparticipações financeiras da Segurança Social das respostas sociais suspensas e da resposta social estrutura residencial para idosos (ERPI), caso as frequências registadas sejam inferiores às verificadas no referido mês, e reforço nas situações de domiciliação de apoio social.

A dotação do Programa Adaptar Social + para apoio à aquisição de equipamentos de proteção individual adequados à segurança das pessoas idosas, no âmbito da resposta social Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e na proporção de residentes, também foi reforçada.

Com o intuito de promover a natalidade e providenciar mecanismos de suporte financeiro às famílias mais carenciadas, o Estado implementou o princípio da gratuidade da creche. Em termos genéricos, este princípio visa determinar a gratuidade da frequência de creche pública ou abrangida pelo sistema de cooperação, na qual se inclui a Misericórdia de Paredes, para crianças cujas famílias estivessem enquadradas nos escalões mais baixos de rendimento da comparticipação familiar: 1.º e 2.º escalões. No ano 2021, foram contempladas 23 crianças num grupo de 49 utentes que frequentam a resposta social creche. O valor correspondente ao pagamento da comparticipação familiar é transferido pela Segurança Social para a Misericórdia de Paredes, sobre a forma de subsídio à exploração.

Nesta rubrica também inclui subsídios do IEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional, verba que assume grande relevância na variação desta rubrica entre o ano 2020 e 2021. Contribui para esta variação o apoio à integração de trabalhadores nos equipamentos sociais e de saúde, no âmbito da medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde (MAREESS), previsto na Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, para assegurar a capacidade de resposta das instituições do setor solidário com atividade na área social e de saúde, durante a pandemia da doença COVID-19. Também introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos “Contratos emprego-inserção” e do “Contrato emprego-inserção+” em projetos realizados na Instituição. Esta portaria é alterada pela publicação da Portaria n.º 128/2021, de 24 de junho de 2021 para assegurar a prorrogação do período de vigência.

Inclui também na rubrica de subsídios à exploração os subsídio do protocolo do RSI – Rendimento Social de Inserção, subsídios de Apoio Excecional à Família para trabalhadores, bem como verbas referentes ao Projeto de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas financiado pelo PORTUGAL 2020, tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, Fundo Europeu de Auxílio a Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras *S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa*. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação foi de 30/11/2019. No entanto, a Misericórdia recebeu



o convite para aceitar novo projeto, no âmbito do aviso POAPMC-F7-2019-02 com os mesmos objetivos e destinatários em que a data de fim de operação é 31/01/2023. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores “*Irmandade da Misericórdia de Paredes, S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa*”, com 235, 150 e 150 destinatários respetivamente.

A Misericórdia de Paredes receciona, armazena, distribui os produtos aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos. O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que respeita às despesas de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

Desde o início da pandemia provocada pela doença COVID-19, que o ISS, IP – Instituto de Segurança Social, tem vindo a adotar diversas medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, que, por um lado, agravou as situações das pessoas mais carenciadas e que, por outro lado, aumentou o número de pessoas vulneráveis. O POAPMC, sendo um programa que visa a distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas e o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social destas pessoas, constitui-se como um dos meios primordiais para dar resposta à situação de emergência. Assim, nos meses de abril e maio de 2020 o POAPMC alargou o número de destinatários para mais de 15% do previsto; nos meses de junho e julho de 2020, mais de 50% dos destinatários e a partir de agosto de 2020, mais 100% dos destinatários. Sendo assim, a Misericórdia passou a abranger 1070 destinatários, Sobreira e Sobrosa 300 destinatários cada, sendo duplicado a entrega de 14 produtos do cabaz.

Atendendo à situação de crise e precaridade que assola o País, fruto da pandemia, permanece a necessidade de manter durante o ano de 2021, a duplicação dos beneficiários do

POAMPC/FEAC, por forma a compensar algumas carências dos destinatários e face ao aviso inicial.

Na rubrica “**Outros Rendimentos e Ganhos**” verifica-se um acréscimo de €34 415.67 (trinta e quatro mil quatrocentos e quinze euros e sessenta e sete centimos), em relação ao período transato, reflexo do aumento dos valores da conta “Restituição de Impostos” referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado.

Esta rubrica também inclui as rendas de edifícios, consultórios e habitações.

Também contempla nesta rubrica a imputação de subsídios/doações para investimento, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 78831 – Subsídios ao Investimento, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

A rubrica “**Juros e Rendimentos Similares Obtidos**” têm sofrido alterações significativas justificando-se pela redução da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um decréscimo de €2 382.47 (dois mil trezentos e oitenta e dois euros e quarenta e sete centimos), em relação ao período de 2020.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2021 são, os “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**”, “**Prestação de Serviços**” e “**Outros Rendimentos e Ganhos**” representando 54.32%, 27.98% e 17.65% do total dos rendimentos, respetivamente.

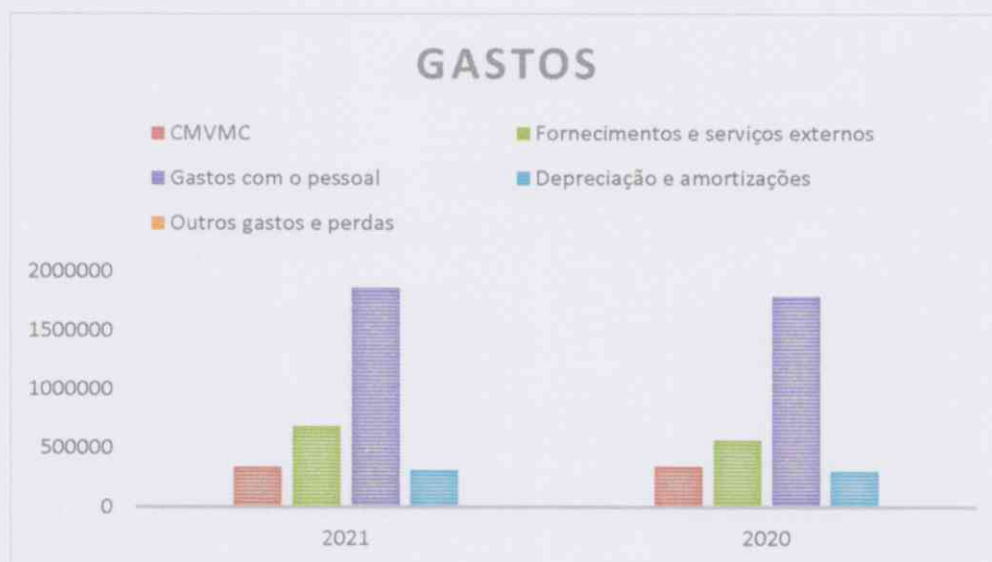
At -
Fidelidade
Teul

Handwritten signature and stamp

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

GASTOS

Gastos	(valores em euros)	
	2021	2020
CMVMC	345.461,41	350.245,93
Fornecimentos e serviços externos	690.366,17	571.053,56
Gastos com o pessoal	1.861.913,96	1.791.872,27
Depreciação e amortizações	319.183,55	306.858,65
Outros gastos e perdas	17.708,23	11.048,36
Total dos gastos	3.234.633,32	3.031.078,77



No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 3 234 633.32 (três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e três euros e trinta e dois cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 6.72%, face ao ano de 2020.

Na rubrica **“Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** verifica-se um ligeiro decréscimo na ordem de 1.37%, face ao período de 2020, continuando a salientar-se o consumo de bens necessários para combate aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente máscaras, luvas, aventais descartáveis, batas, desinfetantes, entre outros. Convém referir que foi importante a prorrogação até 31 de dezembro de 2021, da isenção de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19, no âmbito da Lei n.º 33/2021, de 28 de maio.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Na rubrica **“Fornecimentos e Serviços Externos”** verifica-se um aumento na ordem de 20.89%, em relação ao período de 2020. O contexto da evolução epidemiológica causada pelo novo coronavírus SARS-Cov-2 verificada em Portugal e em todo o Mundo tem exigido a continuação da adoção de várias medidas de combate à propagação da doença COVID-19, desde logo adoção de condições específicas de funcionamento, de reorganização dos locais de trabalho, de utilização de equipamentos de proteção individual de distanciamento físico, de higienização regular de espaços, das mãos e etiqueta respiratória, testagem preventivas a trabalhadores e utentes, reforço de pessoal ao abrigo das medidas o IIEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional, traduzindo-se num acréscimo de gastos para a Instituição.

O Governo reconheceu o papel das Instituições do Sector Social e Solidário, no âmbito da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, cria uma medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das Instituições durante a pandemia da doença COVID-19 e introduz o regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do “Contrato emprego-inserção, do contrato emprego – inserção+ (deficiência). A Misericórdia celebrou contratos ao abrigo do MAREESS – Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde assegurando o pagamento de 100% da bolsa de emprego aos destinatários integrados nos projetos o que implica que na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” seja contabilizado 100% dos gastos com as bolsas de emprego dos trabalhadores. No entanto, o IIEFP – Instituto de emprego e formação profissional reembolsa/comparticipa em 90% dos valores das bolsas pagas, sendo o rendimento registado na conta de “Subsídios à Exploração”. Em resumo, a Misericórdia suporta somente o gasto de 10% do valor da bolsa de emprego. Esta portaria é alterada pela publicação da Portaria n.º 128/2021, de 24 de junho de 2021 para assegurar a prorrogação do período de vigência.

A Misericórdia encerrou o período de 2021 com 29 trabalhadores ao abrigo desta medida.



Os “*Gastos com o Pessoal*” atingiram a verba de € 1 861 913.96, um acréscimo de 3.91% em relação ao período de 2020. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, progressão da carreira profissional de alguns funcionários, bem como recurso a contratações temporárias de trabalhadores para regime de substituição de trabalhadores ausentes ao serviço por baixa médica.

Desde o início da pandemia da doença COVID-19 e no âmbito de prevenção, combate e controlo da mesma, o Governo, criou orientações, exigindo assim de Planos de Contingência com o objetivo de reorganizar, ajustar e implementar um conjunto de regras e condições especiais de segurança na Instituição, destacando-se o trabalho de equipas em “espelho” o que implicou contratações a contrato a termo incerto de trabalhadores, bem como candidaturas ao IEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional para reforço de pessoal, ao abrigo da medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, originando um acréscimo de gastos.

No âmbito da parceria “Projeto (Pa) REDES DE INCLUSÃO” entre o Município de Paredes e a Irmandade da Misericórdia de Paredes, está a decorrer o Projeto Mediadores Municipais e Interculturais, cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE - tipologia de Operações 3.09 – Projeto de Mediadores Municipais Interculturais) tendo como objetivo promover a qualidade de vida e inclusão social da Comunidade Cigana de Paredes, o que originou a contratação de duas trabalhadoras, uma com categoria profissional de Psicóloga e outra de Assistente Social, com início de funções em novembro de 2021. É uma parceria que tem em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações e que integram a operação cofinanciado a 100% dos valores dos gastos suportados pela Misericórdia de Paredes.

Na rubrica “*Gastos com Depreciações e Amortizações*” verifica-se um aumento na ordem dos 4.02%. A quantia depreciable de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.



Por sua vez, a Rubrica “*Outros Gastos e Perdas*” sofre um aumento de € 6 659.87 face ao ano transato. Esta rubrica inclui impostos, correções relativas a exercícios anteriores, donativos, quotizações e outros gastos.

É de salientar no total dos gastos as rubricas “*Gastos com o Pessoal*”, “*Fornecimentos e Serviços Externos*” e “*CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas*” com uma representatividade de 57.56%, 21.34%, 10.68% respetivamente.

Completamos o período de 2021, com um resultado líquido negativo de € 264 210.61 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dez euros, e sessenta e um centimos).

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de dezembro de 2021 o *Ativo Líquido* da Instituição cifra-se em € 6 885 865.31 (seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e trinta e um centimos), traduzindo um decréscimo em termos percentuais de 8.25%, relativamente ao período de 2020 que se cifrou em € 7 505 116.25 (sete milhões, quinhentos e cinco mil, cento e dezasseis euros e vinte e cinco centimos).

Convém referir que no período de 2020, na rubrica “*Outros Ativos Correntes*” foi registado contabilisticamente o contrato de promessa de venda de ações de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos, de acordo com a proposta que foi aprovada pela Assembleia Geral no dia vinte e um de dezembro de 2019, não sendo comparável com o período de 2021, conforme consta da explicação na nota 2.3 e 13.5 do anexo às demonstrações financeiras.

É de destacar a representatividade de 51.27% Ativos fixos tangíveis e de 29.12% das disponibilidades, no total do ativo.



Quanto aos **Fundos Patrimoniais** passou de € 6 556 575.24 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e quatro centavos) em 2020, para € 6 235 190.23 (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e noventa euros e vinte e três centavos), o que traduz um decréscimo em termos percentuais de 4.90%.

A rubrica "**Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**" contempla os Subsídios "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", bem como heranças e doações de ativos fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor" e heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Quanto ao **Passivo Corrente**, passou de € 948 541.01 (novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e um euros e um centavo) em 2020, para € 650 675.08 (seiscentos e cinquenta mil, seiscentos e setenta e cinco euros e oito centavos), o que traduz um decréscimo em termos percentuais de 31.40%, reflexo da variação da rubrica de "Diferimentos". No ano 2021, esta rubrica não é comparável com o período de 2020, conforme consta da explicação na nota 2.3 e 13.4 do anexo às demonstrações financeiras.

Investimentos

O período de 2021 registou um investimento global de € 218 520.85 (duzentos e dezoito mil, quinhentos e vinte euros e oitenta e cinco cêntimos), o que representa um acréscimo de 124.38%, face ao ano de 2020.

(valores em euros)

Investimentos	2021	2020
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	101.612,38	18.112,01
Equipamento básico	21.261,84	57.469,30
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	9.442,60	20.619,37
Outros ativos	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	84.889,07	0,00
Investimentos financeiros	1.314,96	1.186,98
Total de investimentos	218.520,85	97.387,66



Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situarem-se acima do orçamentado em 0.79% 2.30% respetivamente.

Conclui-se que apesar de ser um ano repleto de desafios no combate e controlo da pandemia da doença COVID-19, a execução não foi prejudicial e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Realce-se que, para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.

Considerações Finais

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2021, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente neste tão difícil ano de 2021 de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defenderam com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna, aliás como a recente intervenção para combater os efeitos da pandemia bem demonstram, ainda que à custa do sacrifício dos nossos funcionários e do esforço financeiro que nos foi exigido.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2021

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2021;
2. Que o Resultado Líquido Negativo de 264 210 61 euros (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dez euros e sessenta e um cêntimos) do período de 2021, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 09 de março de 2022

A Mesa Administrativa

Provedor:
Vice – Provedor:
Vogal:
Tesoureira:
Secretário:

**A Contabilista Certificada**


Toc nº 61761



h
Leandro
Paul


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2021



Balanço em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	3.530.085,29	3.605.726,37
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	-	26.336,58
Investimentos financeiros	6	559.707,56	447.470,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		4.089.792,85	4.079.533,55
Ativo corrente:			
Inventários	7	14.293,20	21.554,53
Créditos a receber	13.1	78.248,71	83.619,10
Estado e outros entes públicos	13.2	6.047,26	4.381,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	40,00	-
Diferimentos	13.4	109.057,64	97.530,79
Outros ativos correntes	13.5	583.537,84	1.129.471,28
Caixa e depósitos bancários	13.6	2.004.847,81	2.089.025,04
		2.796.072,46	3.425.582,70
Total do Ativo		6.885.865,31	7.505.116,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	5.374.382,88	5.671.745,22
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.072.801,21	1.129.975,61
Resultado líquido do período		(264.210,61)	(297.362,34)
Total do Fundo de Capital		6.235.190,23	6.556.575,24
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	50.711,74	52.811,53
Estado e outros entes públicos	13.2	44.186,67	41.112,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	76.287,83	460.508,83
Outros passivos correntes	13.9	479.488,84	394.107,83
		650.675,08	948.541,01
Total do Passivo		650.675,08	948.541,01
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.885.865,31	7.505.116,25



Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2021

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	13.10	831.150,37	842.902,49
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	1.613.386,37	1.396.961,17
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(345.461,41)	(350.245,93)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(690.366,17)	(571.053,56)
Gastos com o pessoal	13.15	(1.861.913,96)	(1.791.872,27)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	524.321,13	489.905,46
Outros gastos	13.17	(17.708,23)	(11.048,36)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53.408,10	5.549,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(319.183,55)	(306.858,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(265.775,45)	(301.309,65)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	1.564,84	3.947,31
Juros e rendimentos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(264.210,61)	(297.362,34)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(264.210,61)	(297.362,34)

h.
Hedda
i
rel
32

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	variações nos fundos	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020 (SNC)	52.216,75	2.328.088,43	5.726.449,75	(1.140.938,42)	(54.704,53)	6.911.111,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			(54.704,53)		54.704,53	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(57.174,40)		-		(57.174,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(297.362,34)	(297.362,34)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (SNC)	52.216,75	2.270.914,03	5.671.745,22	(1.140.938,42)	(297.362,34)	6.556.575,24

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021 (SNC)	52.216,75	2.270.914,03	5.671.745,22	(1.140.938,42)	(297.362,34)	6.556.575,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			(297.362,34)		297.362,34	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(57.174,40)		-		(57.174,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(264.210,61)	(264.210,61)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (SNC)	52.216,75	2.213.739,63	5.374.382,88	(1.140.938,42)	(264.210,61)	6.235.190,23

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		836.488,28	821.535,38
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1.037.478,12	-940.374,85
Pagamentos ao pessoal		-1.840.728,16	-1.773.815,98
Caixa gerada pelas operações		-2.041.718,00	-1.892.655,45
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	354,86
Outros recebimentos/pagamentos		2.268.724,25	1.850.090,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		227.006,25	-42.210,29
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-200.969,89	-124.557,92
Activos intangíveis		0,00	-1.101,83
Investimentos financeiros		-112.236,96	0,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2.023,37	4.407,31
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-311.183,48	-121.252,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-84.177,23	-163.462,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.089.025,04	2.252.487,77
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	2.004.847,81	2.089.025,04

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021

(Montantes Expressos em euros)

h.
Jad...
i...
92

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 PAREDES

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua eleição canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento a pessoas idosas, bem como apoio social á Infância, tendo como respostas sociais ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL, RSI – Rendimento Social de Inserção, POAPMC – Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas e POISE – Programa Operacional Inclusão Social Emprego.

1.4. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:



2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2020, exceto as contas a seguir mencionadas:

Exercício 2021	Descrição	Exercício 2020	Descrição
27811	Questão Seguinte, Lda	27619502	Questão Seguinte, Lda
27812	Promessa de venda de ações	2824	Promessa de venda de ações
41421	HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA	25321171	Suprimentos - HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA



3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

e) Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação ou alterações às demonstrações financeiras do período.

3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento.



A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%).

Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%.

Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

Em 2018 não houve alterações.

No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico a partir do ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciables/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de pré-construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**Ativo Bruto**

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	15.472.845,87	101.612,38			15.574.458,25
Equipamento básico	759.905,25	21.261,84			781.167,09
Equipamento de transporte	383.173,03	-	-		383.173,03
Equipamento administrativo	221.781,51	9.442,60	-		231.224,11
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Ativos fixos tangíveis em curso		84.889,07			84.889,07
Total Ativo tangível bruto	16.933.993,58	217.205,89	-	-	17.151.199,47

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	12.095.788,62	208.722,82	-		12.304.511,44
Equipamento básico	605.388,48	49.502,13	-		654.890,61
Equipamento de transporte	355.343,43	22.017,10	-		377.360,53
Equipamento administrativo	193.301,38	12.559,82	-		205.861,20
Outros ativos fixos tangíveis	78.445,30	45,10	-		78.490,40
Total depreciações ativos tangíveis	13.328.267,21	292.846,97	0,00		13.621.114,18
Ativo fixo tangível líquido	3.605.726,37				3.530.085,29

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:****a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2021
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69				168.244,69
Total Ativo intangível bruto	168.244,69	-	-	-	168.244,69

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2021
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	141.908,11	26.336,58	-	-	168.244,69
Total depreciações ativos intangíveis	141.908,11	26.336,58	-	-	168.244,69
Ativo intangível líquido	26.336,58				0,00

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS**6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:**

Os investimentos financeiros são constituídos por empréstimos e participação financeira no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.



Relativamente à base de mensuração da participação financeira na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas



vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

O desconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

No ano 2021 a transferência de 110 922€ (cento e dez mil, novecentos e vinte e dois euros) refere-se ao reconhecimento na rubrica de **“Investimentos Financeiros”**, dos suprimentos concedidos ao HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, por reverter a natureza de Empréstimo. No ano 2020, este valor estava registado na conta **“25321171 – Suprimentos – HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.”**, rubrica de **“Outros Ativos Correntes”**, conforme divulgado na nota 2.3 deste anexo.

As oscilações na rubrica “Outros Investimentos Financeiros” referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Empréstimos				110.922,00	110.922,00
Outros investimentos financeiros	3.809,02	1.637,96	323,00		5.123,98
Total Investimentos financeiros	447.470,60	1.637,96	323,00	110.922,00	559.707,56



7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2021	2020
Inventários	-	-
Matérias primas e consumíveis	14.293,20	21.554,53
Total Inventários	14.293,20	21.554,53

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

**9. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

9.1) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:*

SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2020	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2021
Fundos Patrimoniais			
Subsídio PIDDAC	234.732,62	7.877,26	226.855,36
Subsídio Fundo Rainha D. Leonor	126.059,67	18.008,52	108.051,15
Total	360.792,29	25.885,78	334.906,51

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.



10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – estão mensuradas ao custo.

As dívidas dos créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/membros e outras dívidas de terceiros a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos e apresentados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos” do balanço.

11. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de turno, subsídio de coordenação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecimentos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

Descrição	2021	2020
N.º médio de funcionários		
Efetivos	96	98
Contratados a termo certo	8	9
Contratados a termo incerto		
Substituição temporária de trabalhador	5	7
Ao abrigo do COVID	7	8
Ao abrigo do POISE - Paredes Inclusão Social	2	0
Ao abrigo do POAPMC - Programa alimentar	1	1
Ao abrigo do Protocolo com o CDSS - RSI	10	10
Contrato Estágio emprego (IEFP)	0	1
Contratados ao abrigo do MAREES - Medida apoio ao reforço (IEFP)	29	57
Contratos Emprego Inserção + (Apoio à deficiência) (IEFP)	1	0
Total	159	191

O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 3 membros efetivos e 0 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.



12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Desde o mês de março do ano 2020, decorrente da pandemia Covid-19 presente a Portugal, bem como a nível mundial a Misericórdia tem procurado adaptar-se às medidas para travar a progressão do vírus.

Durante o ano de 2022, a Misericórdia continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da Direção Geral de Saúde e o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas.

No dia 24 de fevereiro do ano 2022, a Rússia lançou uma ofensiva militar na Ucrânia, com forças terrestres e bombardeamentos de alvos em várias cidades originando uma Guerra. Este conflito está a abalar os mercados financeiros, traduzindo-se num aumento generalizado dos preços. A Europa e o Mundo vivem momentos difíceis o que lança às Misericórdias novos desafios de ajuda humanitária em tempos de emergente incerteza social.

A Mesa Administrativa admite que a propagação do COVID-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia terão efeitos sobre a atividade da instituição, nomeadamente aumento dos gastos e diminuição de rendimentos. É, no entanto, sua convicção de que os impactos não vão afetar a continuidade da instituição.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2021	2020
Utentes c/corrente	77.041,71	82.412,10
Utentes de cobrança duvidosa	1.207,00	1.207,00
Total	78.248,71	83.619,10

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "*Estado e outros entes públicos*" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2021		2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.047,26		4.381,96	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	0,00		0,00	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		8.860,00		6.950,15
Contribuições p/ Segurança Social		35.177,75		34.049,20
Outros		148,92		113,47
Total	6.047,26	44.186,67	4.381,96	41.112,82
Saldo		38.139,41		36.730,86

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ME MBROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Fundadores/Patrocinadores/doadores/associados/membros		
Fundadores/associados/membros em curso	40,00	-
Total	40,00	-

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2021	2020
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Grandes reparações nos ativos e outros	109.057,64	97.530,79
Total	109.057,64	97.530,79
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração (POAPMC/FEAC) (1)	3.902,50	35.664,65
Subsídios à exploração (PAC) (2)	11.844,00	12.604,18
Promessa de venda de ações HMP, SA	0,00	404.690,00
Mensalidades de utentes a reconhecer	59.850,00	7.550,00
Outros rendimentos a reconhecer	691,33	0,00
Total	76.287,83	460.508,83

(1) POAPMC (Programa Operacional Apoio Alimentar a Pessoas Mais Carenciadas) / FEAC (Fundo Europeu de Apoio aos mais carenciados) e (2) PAC (Programa de Apoio Complementar).

No ano 2021 a rubrica **"Promessa de venda de ações HMP, SA"** não é comparável com o ano 2020, pelo reconhecimento do valor na conta **"27812 – Promessa de Venda de ações"**, rubrica de **"Outros Passivos Correntes"**, conforme consta explicação na nota 2.3 deste anexo.



13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Suprimentos	0,00	110.922,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	168,97	627,50
Outros acréscimos de rendimentos	12.950,52	43.519,60
Outros Devedores		
Inquilinos	516.635,60	516.630,92
Devedores por adiantamento venda ações HMP, SA	0,00	354.690,04
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)	22.227,45	70.157,44
Outros	10.432,81	11.801,29
Total	583.537,84	1.129.471,28

No ano 2021 a rubrica **"Suprimentos"** não é comparável com o período de 2020 pelo reconhecimento do valor na conta **"41421-HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes SA"**, rubrica de **"Investimentos Financeiros"** conforme consta da explicação na nota 2.3 e 6.1 deste anexo.

A Rubrica **"Devedores por adiantamento venda de ações HMP, SA"**, no período de 2021 também não é comparável com o ano 2020 pelo reconhecimento do valor na conta **"27811 – Questão Seguinte, Lda."**, rubrica de **"Outros Passivos Correntes"**, conforme consta da explicação na nota 2.3 deste anexo.

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	598,98	51,37
Depósitos à ordem	304.248,83	188.973,67
Depósitos a prazo	1.700.000,00	1.900.000,00
Total	2.004.847,81	2.089.025,04

13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2021	2020
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	5.374.382,88	5.671.745,22
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento PIDDAC	226.855,36	234.732,62
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	108.051,15	126.059,67
Doações	1.878.833,12	1.910.121,74
Resultado líquido do período	(264.210,61)	(297.362,34)
Total	6.235.190,23	6.556.575,24

13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores c/c	50.711,74	52.811,53
TOTAL	50.711,74	52.811,53

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2021	2020
Fornecedores do imobilizado	16.974,00	738,00
Credores por acréscimos de gastos	296.687,80	291.092,33
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	6.480,55	21.995,94
Outros credores	159.346,49	80.281,56
Total	479.488,84	394.107,83

Handwritten signature and initials in blue ink.

13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	828.653,37	841.185,49
Quotizações e jóias	2.497,00	1.717,00
Total	831.150,37	842.902,49

Número médio de utentes por resposta social em 31-12-2021

Resposta Social	Total	Comparticipados		Não participados	
	Utentes	Nº	%	Nº	%
Lar	60	60	100%	0	0%
Centro de dia	9	10	111%	-1	-11%
SAD	56	50	89%	6	11%
Creche	49	45	92%	4	8%
Pré-Escolar	105	90	86%	15	14%
CATL	104	76	73%	28	27%
Sub. Total	383	331	86%	52	14%
Rendimento Social de Inserção	360	360	100%	0	0%
POAPMC - Programa alimentar	1070	1070	100%	0	0%
Total	1813	691		1122	62%

13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2021	2020
<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>		
Centro distrital de segurança social		
Lar	349.851,40	321.983,49
Centro de dia	17.773,13	19.448,40
SAD - Serviço de apoio domiciliário	256.563,00	247.648,20
Creche	170.340,48	162.223,64
Pré-escolar	203.218,02	215.216,40
CATL	72.184,80	69.676,80
RSI	168.488,12	168.475,58
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	31.547,89	40.435,94
Apoio excecional à família para trabalhos	296,52	2.491,92
Outros	3.126,50	0,00
Outras Entidades		
Autarquia	0,00	6.000,00
Subsídios IEFP	310.830,13	127.901,32
Doações e heranças	29.166,38	15.459,48
Total	1.613.386,37	1.396.961,17

13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2021 e 2020:

Descrição	Mercadorias	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Total
<i>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</i>			
2021			
Inventários iniciais	0,00	21.554,53	21.554,53
Compras	0,00	338.200,08	338.200,08
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	14.293,20	14.293,20
C.M.V.M.C.	0,00	345.461,41	345.461,41
2020			
Inventários iniciais	0,00	10.476,56	10.476,56
Compras	0,00	361.323,90	361.323,90
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	21.554,53	21.554,53
C.M.V.M.C.	0,00	350.245,93	350.245,93

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:



Descrição	2021	2020
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	52.599,71	51.385,33
Publicidade e propaganda	194,34	367,05
Vigilância e segurança	1.107,00	1.107,00
Honorários	30.315,31	34.465,75
Conservação e reparação	76.305,57	48.720,45
Encargos de saúde com utentes	31.668,09	84.892,19
Serviços bancários	989,44	1.508,51
Serviços de cabeleireiro	218,00	205,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.438,32	5.633,04
Livros e documentação técnica	1.773,56	99,62
Material de escritório	396,95	2.795,73
Artigos para oferta	1.972,14	1.438,49
Material didático	4.171,34	2.373,74
Jornais e revistas	399,00	387,00
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	27.083,46	20.695,36
Electricidade	78.302,27	68.225,93
Gas natural	27.545,02	21.851,22
Gasoleo	11.484,86	8.670,79
Água	32.753,09	47.767,71
Deslocações, estadas e transportes	11.429,24	9.360,64
Rendas e alugueres	0,00	1.021,91
Comunicação	3.372,28	3.573,70
Seguros	15.466,30	14.018,04
Contencioso e notariado	10,00	267,00
Limpeza, higiene e conforto	4.147,56	4.358,14
Portagens	524,02	420,54
Atividades escolares	1.834,29	1.742,50
Bolsa centro emprego	269.370,92	128.131,62
Funerais de utentes	2.494,09	5.512,56
Outros	0,00	57,00
Total	690.366,17	571.053,56

**13.15) GASTOS COM O PESSOAL**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	1.506.231,05	1.443.065,51
Encargos sobre remunerações	325.402,66	310.411,38
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	27.140,06	29.009,63
Outros gastos (formação profissional ...)	3.140,19	9.385,75
Total	1.861.913,96	1.791.872,27

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	11.180,74	20.650,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.714,77	3.585,80
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edifício - Hospital	157.601,52	157.135,04
Rendas de habitação	23.949,71	25.136,04
Rendas de consultórios	23.758,90	24.335,46
Rendas de edifício - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	20.949,70	11,68
Imputação de subsídios/doações para investimentos		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	31.288,62
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA e consignação fiscal)	30.166,01	9.876,19
Outros Rendimentos e ganhos	2.825,38	0,00
Total	524.321,13	489.905,46

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2021	2020
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	5.128,29	4.911,70
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	32,48	5,24
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	11.705,46	2.093,64
Donativos	50,00	3.245,78
Quotizações	792,00	792,00
Total	17.708,23	11.048,36

13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2021	2020
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	1.564,84	3.947,31
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Total	1.564,84	3.947,31

Handwritten signature in blue ink.

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 09 de março de 2022.

Paredes, 09 de março de 2022

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada n.º 61761

Provedor:

Handwritten signature of the Provedor.

Vice – Provedor:

Vogal:

Tesoureira:

Secretário:

Handwritten signature of the Secretário.



Handwritten signature of the Contabilista Certificada.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

S.R.L.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da "Irmandade da Misericórdia de Paredes" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.885.865 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.235.190 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 264.211 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da "Irmandade da Misericórdia de Paredes" em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Não foi constituída imparidade para processo judicial referente ao PER apresentado pelo HMP-Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., onde a Irmandade da Misericórdia de Paredes apresentou uma reclamação de créditos, no montante de 507.643 € proveniente das rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e sobre um empréstimo efetuado pela Irmandade da Misericórdia de Paredes enquanto acionista do HMP, no montante de 110.922€, em virtude destas dívidas não terem sido incluídas no Plano Especial de Recuperação (PER), por terem sido consideradas dívidas subordinadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

LDA



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidade do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

ENROD

para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo



PALM, CÂMBIO & ASSOCIADOS

em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2022.

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os nºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

-----PARECER DO CONSELHO FISCAL-----

Em conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu Parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e vinte e um.

O Conselho Fiscal ou Definitório, analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa relativas ao exercício económico de 2021, apreciou o Relatório de Gestão, o Relatório Anual sobre a movimentação das contas do exercício e o Anexo ao Balanço, documentos reportados ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021, e a Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta e verificação de toda documentação de suporte.

O Exercício Económico de 2021, foi desenvolvido cumprindo todas as obrigações impostas pelos organismos de fiscalização para adoção de medidas no combate aos efeitos nefastos da Pandemia trazidos pela COVID-19, que começou a contaminar o mundo inteiro a partir de março de 2020, dando origem, fundamentalmente, à diminuição de receitas e ao acréscimo de despesas dificultando sobremaneira, a normalidade financeira das Instituições.

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em € 264.210,61, teve origem fundamental em dois fatores:

1º.-A necessidade da Instituição continuar a reforçar os meios adequados, às várias áreas, nomeadamente com o reforço de materiais de desinfeção, equipamentos, pessoal e outras despesas gerais, para combater os efeitos Pandémicos do COVID 19.

2º.- Cálculos em reversões, depreciações e de amortizações no montante de € 319.183,55, imputados ao exercício referente ao desgaste de bens mobiliários e imobiliários.

É convicção do Conselho Fiscal que o Resultado negativo apresentado, não compromete a estabilidade financeira da instituição que ficará fortemente protegida pelo saldo de tesouraria de € 2.004.847,81, montante este que transita em balanço para o próximo exercício e, por isso, entende o Conselho Fiscal ou Definitório que as contas de 2021 que nos foram apresentadas pela Mesa Administrativa merecem a aprovação dos seus irmãos em Assembleia Geral a realizar no próximo dia 30 de Março de 2022.

Concluindo, o Conselho Fiscal ou Definitório por unanimidade aprova, sem reservas, o Relatório de Contas do exercício compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 e aconselha a Assembleia Geral a igual procedimento, louva a Mesa Administrativa, funcionários, colaboradores e todos os elementos do voluntariado pela demonstrada dedicação e competência que todos deram à Instituição no decurso do exercício.

Paredes, 16 de março de 2022

Presidente: _____
(António Francisco de Oliveira Ferreira)
Vice-Presidente: _____
(Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio)
Secretário: _____
(Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão)

Contribuinte n.º 500 835 484 / Rua Elias Moreira Neto, 161 / 4580-085 PAREDES / Tel: 255 780 220 / Fax: 255 780 229
geral@scmparedes.pt / www.scmparedes.pt

